

CORREIO BRASILIENSE

Saindo do sufoco

...vida pública

A raiz do acordo de renegociação da dívida firmado pelo Rio Grande do Sul e Minas Gerais com o Ministério da Fazenda está no descompasso entre suas receitas e despesas. A situação de insolvência financeira que levou os governadores dos dois estados a se sentarem à mesa para renegociar seus débitos com a União é a mesma que está inviabilizando a quase totalidade dos estados.

Como as arrecadações estaduais vêm crescendo — no mínimo acompanhando a inflação —, se os governadores frearem os gastos, as despesas ficarão constantes. Com isso, a situação das contabilidades estaduais tende a se normalizar. Os estados não estão aumentando suas despesas por absoluta incapacidade de contrair novos empréstimos ou de honrar sequer compromissos financeiros já assumidos. As torneiras de financiamento foram aos poucos sendo fechadas. Levantar créditos externos em organismos como o Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento se tornou inviável, a partir do momento em que tais instituições passaram a condicionar novas operações a que os governadores equacionassem com o governo federal suas dívidas, especialmente as mobiliárias. Por causa dessa condicionante é que os governadores do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais saíram na frente para renegociar seu endividamento nas novas bases propostas pelo governo.

Uma mudança fundamental no acordo fechado com Rio Grande do Sul e Minas Gerais, e que está sendo discutindo com Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Piauí, é que essa questão sai da esfera política do Senado para ficar na alçada mais técnica do Ministério da Fazenda.

Pelo acordo, o prazo de pagamento das dívidas é alongado para 30 anos. No caso de Minas, o estado terá que pagar R\$ 300 milhões por ano, divididos em parcelas mensais, mais R\$ 1,8 bilhão (20% por conta da venda de ativos das estatais mineiras).

Agora, o governo fechou praticamente todas as válvulas de escape. Para evitar que os futuros governadores se recusem a continuar cumprindo as cláusulas do acordo, o Executivo federal está adotando todas as precauções legais e administrativas possíveis. Em primeiro lugar, o acordo terá que ser aprovado pelas assembleias legislativas. Em segundo, o governador que se recusar a cumprir as determinações do contrato terá sua arrecadação de ICMS bloqueada no Banco do Brasil.

Os governadores não terão outra opção: para sair do sufoco em que se encontram terão que se submeter ao programa de ajuste fiscal proposto pela Fazenda. Caso se recusem, vão afundar ingloriamente. Desse ajuste, ficam de fora estados que souberam administrar com diligência seus orçamentos, como é o caso do Ceará e Bahia.